

FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA: ORIGENS, CAMINHOS E DESCAMINHOS

MARIA DE LOURDES DE A. FÁVERO *

RESUMO

O artigo objetiva analisar a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ), buscando situar suas origens, sua inserção no projeto universitário gestado no pós-30, sua criação (1939) e desenvolvimento, até sua extinção entre 1967-1968. Com essa preocupação, verifica-se como se processam a concentração de poder no interior dessa Instituição e os embates políticos por ela vividos nos seus quase trinta anos de existência, bem como o mérito de ter sido um foco de elaboração de ciência em algumas áreas do conhecimento e um espaço para o desenvolvimento de talentos e de vocações acadêmicas.

Descritores de assunto: Cátedras, centralização e autoritarismo, contratos de poder, Faculdade Nacional de Filosofia, Projeto Universitário, Universidade do Distrito Federal.

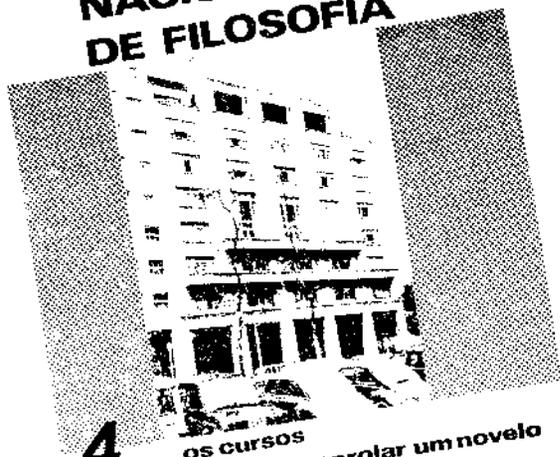
ABSTRACT

This article aims at analysing the Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (presently called UFRJ). The text tries to study the Faculty's origins from its insertion into the university project after the 30s, to its foundation in 1937, from its academic development to its inactivation under its former name and immediate rebirth as Universidade Federal do Rio de Janeiro between the years 1967 and 1968. Following this line of analysis the text tries to demonstrate how processes of concentration of power occurred inside such a sort of institution and how political struggles were carried out during its thirty years of existence. The article also evidences the Faculty both as a place in which science has been developed in various fields and as a space where academic talent and vocations have been stimulated.

KEY WORDS: centralization and authoritarianism, concentration of power, Faculdade Nacional de Filosofia, professorial position (academic chair), Universidade do Distrito Federal, university project.

* Professora da Faculdade de Educação/UFRJ

FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA



4

os cursos

começando a desenrolar um novo

Maria de Lourdes de A. Fávoro
coordenadora



INEP

Faculdade de Educação

1. Um Preâmbulo

Durante quase três anos, um dos grupos de pesquisa da Faculdade de Educação/UFRJ* procura conhecer os fatos que contribuem para os caminhos e desca-minhos da Faculdade Nacional de Filosofia - FNFfi desde sua criação, em 1939, até sua fragmentação processada entre 1967 e 1968, quando é extinta e dá origem a catorze unidades da UFRJ.

Nossa preocupação, como pesquisadores, tem sido tentar não apenas nos apropriarmos intelectualmente de certos fatos a respeito da FNFfi; não simplesmente conhecermos o discurso sobre a mesma, porém, mais do que isso, tentar penetrar no discurso da Nacional de Filosofia, deixando que ela fale por si, através de sua produção, de seus projetos, de seus cursos, de suas crises, de seus ex-professores, alunos e funcionários.

Não temos a pretensão de reconstituir a história da Faculdade em sua totalidade, mas colaborar na recomposição de sua trajetória, através de um conjunto formado por centenas de documentos, mais de 50.000 atualmente, e de depoimentos, os quais restauram, em parte, procedimentos e acontecimentos ou fatos institucionais, produtos de uma parcela do mundo universitário.

Nosso esforço tem-se guiado no sentido de juntar os vários fios e costurá-los, inclusive aqueles identificados pelos recordadores como não mais existentes. Documentos e pessoas têm falado, dando seus testemunhos da e sobre a Faculdade Nacional de Filosofia, dos fatos ocorridos e de como ocorreram. Alguns se revelam polêmicos, outros contraditórios, e outros, ainda, até poéticos.

2. As Origens da Faculdade Nacional de Filosofia no Pós-30

Como mencionamos anteriormente, a história da Faculdade Nacional de Filosofia se processa no período compreendido entre 1939 e 1968. No entanto, entendemos ser necessário, para apreendermos melhor o significado da criação dessa instituição, retornarmos ao início dos anos 30, quando a Revolução de Outubro coloca o País frente ao desafio de empreender uma transformação nas suas instituições. Isso não chega de todo a se concretizar: a renovação da estrutura de poder limita-se à mera mudança de quadros oriundos das mesmas classes dominantes prevaletentes anteriormente. Em decorrência, a renovação a ser experimentada pelas instituições é também limitada.

Na crise de hegemonia deflagrada após a Revolução, nenhum dos grupos constituintes da classe dominante (nem dos setores intermediários) detém a exclusividade do poder político, tampouco apresenta condições de assumir o controle do Estado.

Análise atenta dos acontecimentos de 1930 a 1937 nos leva a pensar os dois momentos como etapas de um mesmo processo. Daí a importância estratégica assumida pela Revolução de 30 no discurso de 37, e daí também a especificidade de a década de 30 guardar em seu interior a característica verdadeiramente revolucionária do fato que lhe é posterior: o início daquilo que efetivamente, e sem máscara, será realizado no Estado Novo. (GOMES et alii, 1982).

Nesse contexto, o Governo gesta, durante a década de 30, seu próprio projeto universitário, articulando medidas: desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras, e da reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, em 1931, passando pela proposta de reestruturação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1935, pela institucionalização da Universidade do Brasil, em 1937, até chegar à criação da Faculdade de Filosofia, em 1939. Nesse período, observamos existir, por parte dos que estão no poder, preocupação em homogeneizar as iniciativas educacionais relevantes e as normas básicas orientadoras dos rumos da educação, segundo interesses em fase de consolidação.

O projeto de reforma do ensino superior, no primeiro momento, é marcado pela necessidade de equilíbrio. Com essa preocupação, Francisco Campos inicia a exposição de motivos, esclarecendo:

* Durante estes três últimos anos, 1987, 88 e 89, a pesquisa contou com a colaboração em seus distintos momentos, dos seguintes professores, alunos de graduação e pós-graduação da FE/UFRJ e bolsistas do CNPq:

- a) 1º momento: professoras Eloisa Guimarães e Lúcia Maria França Siano; doutorando João Eudes R. Pinheiro; mestrandas Bárbara Gil Guedes e Martha Salgado Bonardi; graduanda Ana Lúcia C. Fernandes; bolsistas do CNPq Ana Elisa Gerbasi da Silva e Mônica Caminiti RonRén;
- b) 2º momento: doutoranda Elizabeth Jones; mestrandas Ana Elisa Gerbasi da Silva, Bárbara Gil Guedes e Martha Salgado Bonardi; bolsistas do CNPq Ana Lúcia C. Fernandes e Mônica Caminiti RonRén. Ainda no 2º semestre de 1989, entraram a participar dos estudos: professora Daphne Conte de Carvalho (Letras) e doutoranda Maria do Carmo de Lacerda Peixoto.

"o projeto representa um estado de equilíbrio entre tendências opostas, de todas consubstanciando os elementos de possível assimilação pelo meio nacional, de maneira a não determinar uma brusca ruptura com o presente, o que o tornava de adaptação difícil ou improvável, diminuindo, assim, os benefícios que dele poderão resultar de modo imediato". (CAMPOS, 1931).

O Ministro busca, entre as experiências e os debates dos anos 20, aquelas contribuições ajustadas aos interesses mais próximos do espírito centralizador e autoritário, tão presente no pós-30.

E acrescenta:

"embora resultando, na sua estrutura geral, de transações e compromissos entre várias tendências, correntes e direções de espírito, o projeto tem individualidade própria".

Essa postura é ilusória, porque efetivamente não há possibilidade de um projeto garantir sua individualidade, se é resultado de transações e de compromissos.

No plano do discurso, caberia à Faculdade de Educação, Ciências e Letras, prevista no projeto de 1931, imprimir à Universidade seu

"caráter propriamente universitário, permitindo que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional, abrangendo, em todos os seus aspectos, os altos e autênticos valores de cultura, que à Universidade conferem o caráter e atributo que a definem e a individualizam". (CAMPOS, 1931).

Entretanto a função de investigação e de formação de professores, que compete à Faculdade de Educação, Ciências e Letras é esquecida, no plano federal, até 1939.

A tentativa de concretização de tal idéia toma corpo com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1934, e com a criação da UDF, em 1935, sobretudo através de sua Faculdade de Ciências que, apesar da tentativa de homogeneização, reflexo da política autoritária do Governo sentida naqueles, anos expressa posição contrária.

A análise dos documentos encontrados, tanto no Arquivo da FNF, ainda em organização, quanto nos arquivos dos ex-Ministros Francisco Campos e Gustavo Capanema existentes no CPDOC/FGV deixa-nos perceber como os "contratos de poder", nos anos 30, caminham no sentido de realmente preservar a hegemonia em mãos da classe dominante então formada pelo tradicional segmento oligárquico rural, pelo segmento em processo de afirmação dos industriais urbanos e pela alta hierarquia católica ou por pessoas a ela ligadas, cujos membros, de uma forma ou de outra, são oriundos dos segmentos anteriores. Esses grupos fornecerão os intelectuais necessários à elaboração de um projeto diretor da educação nacional.

Os "contratos de poder" entre Campos e a Igreja Católica, embora antecedam os anos 30, datados desde quando ele assume a Secretaria do Interior, em Minas Gerais, e firma o decreto tornando facultativo o ensino religioso nas escolas oficiais daquele estado (contrariando o princípio constitucional da laicidade do ensino nas escolas públicas) ganham forma e expressão em 1931, por ocasião da assinatura do Decreto nº 19.941 que dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos Primário, Secundário e Normal.

Em 18 de abril de 1931, Campos, em carta ao Presidente Vargas, justifica, entre outras coisas, por que esse decreto não violenta o "princípio de neutralidade do Estado em matéria de crenças religiosas", para, em seguida, esclarecer:

"Permito-me acentuar a grande importância que terá para o governo um ato da natureza do que proponho a V. Excia. Neste instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V. Excia., determinará a mobilização de toda a Igreja Católica ao lado do Governo, empenhando as forças católicas, de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o governo, pondo-se ao serviço deste movimento de opinião de caráter absolutamente nacional".

E completa:

"Assinando-o, terá V. Excia. praticado talvez o ato de maior alcance político de seu governo, sem contar os benefícios que da sua aplicação decorrerão para a educação da juventude brasileira. Pode estar certo de que a Igreja Católica saberá agradecer a V. Excia. esse ato, que não representa para ninguém limitação à liberdade, antes uma importante garantia à liberdade de consciência e de crenças religiosas".¹

Nesse período, vêm de emergir lideranças eclesiais e leigas. Entre os líderes católicos, o mais ativo e polêmico é Alceu Amoroso Lima, que, durante a década de 30, juntamente com o Cardeal Leme, vai ser o arquiteto da política da Igreja Católica no País (LIMA, 1978). Alceu Amoroso Lima saúda o Decreto do Ensino Religioso, vendo nesse dispositivo "o grande acontecimento desta hora, não apenas para os católicos, mas ainda para todo o Brasil". (ATHAYDE, 1931, p. 85) Considera-o "um dos episódios mais significativos nessa luta pela emancipação espiritual da América, no século XX". (p. IV)

Datam dessa época os primeiros contatos desse intelectual com o grupo mineiro do qual faz parte Capanema. Análise da correspondência havida entre o líder

¹ Carta dirigida ao Presidente Getúlio Vargas, GV 31.04.18/1, doc. II-35. FGV/CPDOC.

católico e o futuro Ministro deixa clara essa relação. Em março de 1934, Capanema, derrotado politicamente em Minas Gerais, busca apoio em Alceu para um possível retorno à vida política, e esse alega dificuldades em atender o amigo, por estarem todas as posições ocupadas:

*"Infelizmente (escreveu-lhe Alceu, do Rio de Janeiro), nada de novo posso comunicar-lhe sobre o assunto de que aqui falamos antes de sua partida. O meio oferece grandes dificuldades por estarem ocupadas todas as posições. Creio que em Belo Horizonte, será mais fácil o prosseguimento de sua tarefa de advogado, à espera de dias melhores. Continuo, entretanto, atento, e à mínima oportunidade lhe comunicarei o que houver. Conversei, aliás, com o Negrão de Lima que me comunicou já ter você recomendado a advogar".*²

A nomeação de Capanema para o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) parece uma forma de cooptação do grupo mais ligado a Olegário Maciel, por parte do Governo Central; não descartamos também a possibilidade de ser essa designação parte do "contrato de poder", então estabelecido entre a Igreja e o Governo Vargas; um processo que vem ocorrendo desde os primeiros meses de criação do MESP, interferindo na destruição da UDF e na criação da FNFi.

Por essa via, a Igreja se fez presente na vida nacional, sobretudo no campo da educação e, de forma específica, no que se refere à questão universitária. Essa presença se torna patente não apenas nos "acordos" entre representantes do clero e do MESP, através das barganhas, quando do preenchimento dos cargos públicos, mas na luta levada a efeito, com sucesso, por representantes da Igreja Católica, contra os liberais.

Esse processo de intervenção da Igreja alia-se à tendência homogeneizadora do Estado Novo para estruturar o projeto e as ações educativas. Mesmo assim, surgem no movimento universitário iniciativas expressando posições contrárias. Entre essas destaca-se a da UDF, pensada e instituída por Anísio Teixeira, em 1935 - que nasce do conflito e reproduz, no seu interior, esse mesmo conflito, representado pelos dois aspectos antes mencionados: de um lado, o projeto dos liberais versus o projeto dos católicos e, de outro, o projeto centralizador e homogeneizador que começa a ser delineado no início dos anos 30 e é implantado na gestão do Ministro Capanema em contraposição a um projeto de universidade que se pretende autônomo, com sentido próprio e comprometido com a realidade.

Outra evidência, para nós, da presença da Igreja na vida nacional manifesta-se no jogo de influências quando da seleção e contratação do corpo docente nos primeiros anos da FNFi, expresso tanto no que se refere aos professores estrangeiros, quando no que diz respeito

à contratação de docentes brasileiros. Isso fica bem explícito quando Gustavo Capanema, em 1939, solicita a Georges Dumas a indicação de professores ligados à Igreja Católica para as cadeiras de Psicologia e Filosofia.

Ao ser instalada, em 1935, a Universidade do Distrito Federal surge como divisor de águas, em meio à agitação que marca o País naquele momento e às disputas pelo controle dos rumos da educação nacional. Sua instalação é aclamada por segmentos importantes da intelectualidade brasileira que vêem, finalmente, surgir na capital do País uma instituição universitária vigorosa.

Entretanto, a presença de Anísio Teixeira à Frente da Diretoria de Instrução Pública do antigo Distrito Federal, cujo programa educacional a UDF deverá coroar, está comprometida. Em 1º de dezembro de 1935 (apenas quatro meses após a instalação dos cursos da UDF), ele apresenta a Pedro Ernesto, então prefeito do Distrito Federal, seu pedido de demissão do cargo de Diretor de Instrução Pública. O teor da carta dirigida ao prefeito deixa entrever a força de grupos de pressão desajeitados de excluir sua participação à frente de quaisquer órgãos de direção da educação. Fica ainda claro que começam a declinar suas bases de sustentação.

Não é por acaso que Francisco Campos, um dos articuladores do projeto do Estado Novo, sucede a Anísio Teixeira na pasta da Secretaria de Instrução Pública, em 1936.

Esse mesmo clima, criado em torno da figura de Anísio Teixeira, estendese à UDF. Isso fica manifesto em seu discurso, quando da instalação dos cursos daquela Universidade, em 1935.

"Muitos sonhavam, é certo, iniciar entre nós a tradição universitária recusando essa liberdade de cátedra que foi conquistada pela inteligência humana nas primeiras refregas intelectuais de nossa época.

Muitos julgavam que a Universidade poderia existir, no Brasil, não para libertar, mas para escravizar. Não para fazer marchar, mas para deter a vida. Conhecemos, todos, a linguagem desse reacionarismo. Ela é matusalênica.

À profunda crise moderna é sobretudo uma crise moral. Ausência de disciplina. De estabilidade. Marchamos para o caos. Para a revolução. É o comunismo que vem aí. Falam assim hoje. Falavam assim, há quinhentos anos!" (TEIXEIRA, 1962, p. 188).

As oposições delineadas no nível oficial são mais decisivas. É o próprio Anísio quem as denuncia. Referindo-se, mais uma vez, às críticas formuladas, enfatiza:

A crítica não poderia ser mais infeliz. Não podia morrer, entretanto, a malevolência dos que se obstinam em não deixar o País progredir para que possam continuar a viver à custa dele, na sua meia ignorância. Já agora, a Universidade do Distrito Federal que podia ser útil e até necessária, devia fechar-se porque desobedecia aos padrões de uma lei federal do período

² Carta de Alceu Amoroso Lima a Capanema, 5 de março de 1934, GC/Lima, A.A. doc.10, série g. FGV/CPDOC.

discricionário, tacitamente derogada pela constituição federal". (Antsio Teixeira citado por FAVERO, 1980. p. 69).

O problema é fundamentalmente político e não apenas formal: a oposição à UDF é mais profunda do que deixa entrever o discurso. A Universidade só é criada por interferência direta do Presidente da República.

Em 1935, já são evidentes os sinais de reordenamento da vida política do País, concretizado em 1937. Está em processo a estratégia do poder central que, distanciando-se dos movimentos da sociedade civil, quando ao mesmo tempo os reprime, estrutura-se para articular, em torno do projeto autoritário, os elementos de que necessita e que a ele aderem. Os grupos mais progressistas perdem força.

A hipótese com a qual trabalhamos é a de se tramarmar, no nível do próprio Ministério de Educação e Saúde Pública, o impedimento da UDF.

A literatura, sobretudo a oficial, fala na incorporação dos cursos da UDF pela Universidade do Brasil. Na verdade, a UDF é extinta: seu desmantelamento se verifica ao serem seus cursos "transferidos" para a Universidade do Brasil em 1939, através do Decreto 1.063, de 20 de janeiro.

Em nome da disciplina, tão cara ao Estado Novo, traduzida nesse caso por "colocar as coisas no seu lugar próprio e adequado", Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, faz ao chefe do governo a exposição de motivos que justifica a destruição da UDF. O modelo padrão de organização universitária se impõe:

"A Universidade do Distrito Federal, mantida pela Prefeitura, ministra cursos (filosofia, ciências, letras, economia, política, pedagogia etc.) que são essenciais a qualquer universidade. A Universidade do Brasil, mantida pela União, não pode deixar de instituir, à semelhança das mais acatadas universidades do mundo, sob pena de permanecer indefinidamente como uma entidade anômala, sempre distanciada de constituir um verdadeiro centro de cultura, sempre longe de ser uma honra para o País.

*Dessa maneira, é fora de dúvida que o caminho mais simples, mais certo e mais econômico é que os cursos da Universidade do Distrito Federal se incorporem à Universidade do Brasil".*³

Vencem, dessa forma, o centralismo e o formalismo que marcarão o período autoritário de governo. A greja sai vitoriosa, em termos da pressão que exerce desde a primeira metade dos anos trinta sobre o Ministério da Educação e Saúde contra a "administração comunitarizante" da educação no Distrito Federal. Embora em

período de intensa repressão, a imprensa, intelectuais e instituições de educação protestam contra a destruição da experiência universitária mais inovadora existente no Rio de Janeiro.

3. FNFi: da criação à institucionalização

Para nós, não resta dúvida ser a UDF a responsável pelas condições, mesmo através de tramas, para a FNFi se organizar e dar seus primeiros passos.

Vejamos como se manifesta o Ministro Capanema a respeito:

*A existência da Universidade do Distrito Federal constitui uma situação de indisciplina e de desordem no seio da administração pública do País. O Ministério da Educação é, ou deve ser, o mantenedor da ordem e da disciplina no terreno da educação (...). É preciso, a bem da ordem, da disciplina, da economia, e da eficiência, ou que desapareça a Universidade do Brasil, transferindo-se os seus encargos atuais para a Universidade do Distrito Federal, ou que esta desapareça, passando a Universidade do Brasil a se constituir o único aparelho universitário da capital da República."*⁴

Com efeito, em 20 de janeiro de 1939, é extinta a Universidade do Distrito Federal e determinada a "incorporação" de seus órgãos à Universidade do Brasil. Nesse mesmo ano, processa-se a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, projetada pela Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, cuja organização definitiva se dá pelo Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, quando passa a ser denominada Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi).

A exposição de motivos do Ministro Capanema, datada de 27 de março de 1939, apresentando ao Presidente da República os originais do Decreto-lei nº 1.190, insiste em alguns aspectos que aparecem não só no dispositivo, mas se tornam uma constante em outras falas do Ministro quando se refere à FNFi.⁵

Capanema inicia a exposição asseverando ser a organização dessa instituição "um dos mais seguros e decisivos passos, tentados em nosso País, para o fim de dar à educação e à cultura nacionais solidez e elevação". Revela-nos três ângulos da nova faculdade:

⁴ Gustavo Capanema, Observações sobre a Universidade do Distrito Federal. GC.18, série g. FGV/CPDOC.

⁵ Gustavo Capanema. Exposição de motivos apresentada ao Presidente da República, encaminhando os originais do Decreto-lei n. 1.190, de 27 de março de 1939.

- a) aponta o benefício do novo centro intelectual para o ensino secundário, como estabelecimento federal padrão destinado à preparação do magistério desse nível de ensino;
- b) assinala a concorrência do Decreto-lei para a melhoria do ensino primário;
- c) enfatiza o papel da Faculdade, afirmando poder contribuir, de forma mais incisiva, para aumentar e aprofundar a cultura nacional, podendo tornar-se um grande centro de estudos em todos os domínios da cultura.

Coerente com a exposição de motivos, o Decreto-lei nº 1.190/39 estabelece como suas finalidades:

- a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica;
- b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, constituidores de objeto do seu ensino.

Embora o dispositivo legal que cria a FNFi, e os textos oficiais apontem para essas três finalidades, tudo nos leva a pensar ser a tendência profissionalizante de seus cursos a mais acentuada, sua função eminentemente cultural e científica dentro da Universidade ficando em plano menor, ressalvada, talvez, a seção de ciências.

A Faculdade Nacional de Filosofia é organizada compreendendo quatro seções fundamentais: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, mantendo, desde o início, onze cursos estruturados em três séries mais uma - um curso especial de didática. Com a conclusão das três primeiras séries, o aluno recebe seu título e diploma de bacharel, sendo-lhe então facultada a matrícula no Curso de Didática, ao cabo do qual lhe é outorgado o diploma de licenciado, com direito a exercer o magistério, segundo sua área de estudos, em curso Secundário ou Normal. Os cursos oferecidos são: Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neo-latinas, Letras Anglo-Germânicas, Filosofia e Pedagogia. Em 1943 é instituído, vindo a ser inaugurado solenemente em 1948, o curso de jornalismo e, no início dos anos 60, precisamente em 1962, o de Psicologia.⁶

A Faculdade Nacional de Filosofia, criada, como vimos, sob a tutela do poder central, traz no seu nascedouro as marcas tanto do autoritarismo quanto da conciliação, entendidas como estratégias de dominação. A análise de mais de cinquenta cartas existentes no arquivo

⁶ A respeito, consultar: BITTENCOURT, Raul. Breve histórico da Universidade do Brasil e da Faculdade Nacional de Filosofia. In: Digesto da Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro, Universidade do Distrito Federal, 1955; "Observações sobre a Universidade do Distrito Federal". GC.38.09.18, série g. FGV/CPDOC; FÁVERO, Maria de Lourdes A. et alii. Faculdade Nacional de Filosofia: caminhos e descaminhos. Caderno 3 da série Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro, UFRJ/INEP, 1989.

Capanema, referentes às solicitações e justificativas para contratação de professores na fase de instalação da FNFi, deixa claro que a não realização de concursos, bem como a forma e os critérios adotados para contratação dos professores estrangeiros expressam a utilização de certas estratégias, voltadas prioritariamente para o atendimento de interesses político-ideológicos.

Em 1939, Getúlio Vargas autoriza a contratação de 15 professores estrangeiros para a nova Faculdade.⁷ Diferentemente da Universidade de São Paulo, para a qual Teodoro Ramos, indo à Europa, contrata professores, e da Universidade do Distrito Federal, para a qual Afrânio Peixoto faz o mesmo, a Faculdade Nacional de Filosofia promove seus contratos através do governo. Esse procedimento contrasta com as duas experiências, a da USP e a da UDF, cuja escolha de professores estrangeiros se faz por outras vias.

No período de institucionalização da Faculdade, basicamente, encontramos quatro categorias diferenciadas de docentes:

- a) os professores catedráticos efetivos, transferidos da extinta Universidade do Distrito Federal (UDF) para a FNFi;
- b) os professores catedráticos interinos, contratados para a FNFi;
- c) os assistentes, também contratados; e, por fim,
- d) os professores estrangeiros, basicamente franceses e italianos.

A respeito da contratação de professores, há um dado não passível de desconhecimento: uma exposição de motivos de Capanema, sobre a contratação de professores para a FNFi, dirigida ao Presidente Getúlio Vargas, em 6 de março de 1944, deixa claro ser a nomeação de professores para a Universidade somente efetivada pelo Presidente, após o pronunciamento da Seção de Segurança Nacional.⁸

No arquivo do Ministro, encontramos algumas cartas, as quais nos permitem afirmar ter sido o professor Alceu Amoroso Lima a pessoa convidada para dirigir a nova Faculdade. Tudo indica ter ele declinado do convite por razões políticas. Em 7 de abril de 1939, escreve ao Ministro, parecendo inclinado a aceitá-lo, mediante duas condições:

- a) não incorporação dos professores, alunos e funcionários da extinta Universidade do Distrito Federal à nova Faculdade; e,
- b) transferência do início das aulas para o ano seguinte.

⁷ Arquivo Gustavo Capanema, GC. 36.01.18, pasta III, doc. 6, série FGV/CPDOC.

⁸ Gustavo Capanema a Alceu Amoroso Lima, em 21 de junho de 1939. GC/Lima, A.A. 36.01.18, pasta IV, doc. 15, série g. FGV/CPDOC.

Esse posicionamento do professor Alceu deixa transparecer sua preocupação em a FNFi não assumir o passivo da UDF, em termos de professores (quase 100) e de alunos (cerca de 1.000), o que, no seu entender, talvez desse maior liberdade para a recém-criada Faculdade poder começar suas atividades. Na mesma carta, aceita ser indicado pelo Ministro para a cátedra de Literatura Brasileira.

A análise da correspondência entre o Ministro Capanema e o professor Alceu permite-nos também perceber que o encaminhamento das questões relativas à organização do corpo docente às vezes parece desagradar ao segundo. Há um trecho de carta que nos esclarece sobre isso: "Alceu, meu caro amigo, não veja nuvens sombrias no favorável céu que nos cobre".⁹

Tudo parece indicar ter permanecido, até 1941, o convite para que o professor Alceu Amoroso Lima ocupasse a direção da Faculdade. Em 3 de fevereiro daquele ano, ele escreve novamente ao Ministro, declinando da indicação de seu nome para o cargo de direção e, entre outras coisas, afirma:

*"Não me sinto com entusiasmo por esta obra (...) Não sinto nada por esta empresa; senti alguma coisa quando entrei para a UDF. A dolorosa experiência de oito meses tirou-me as ilusões". Mais ainda: "Tenho consciência de nada poder fazer de útil".*¹⁰

Para Alceu Amoroso Lima, seria difícil afastar alguns professores que "direta ou disfarçadamente criam na faculdade o confucionismo filosófico e ideológico".¹¹

Esses dados nos dão a medida de não ter sido tão simples a indicação do primeiro diretor. Como saída para a direção da Faculdade até dezembro de 1941, quando então é designado o professor San Thiago Dantas, o Reitor da UB professor Raul Leitão da Cunha a exerce cumulativamente.

Criada em plena vigência do Estado Novo e dentro do contexto de fortalecimento do Estado sobre todas as demais instâncias da sociedade, a Faculdade Nacional de Filosofia se forja, dentro da Universidade do Brasil, estruturando seu poder a partir do próprio modelo do Estado, qual seja, centralizando-se de cima para baixo.

A concentração de poder se evidencia através de seu primeiro Regulamento (1940), sobretudo na composição de sua direção acadêmico-administrativa, formada por um Diretor, um Conselho Técnico-Administrativo (CTA) e uma Congregação. Dessa composição, os diferentes segmentos da comunidade acadêmica praticamente não participavam. Nela prevalece a concentração de poder em mãos dos catedráticos. O

quadro se mantém até 1946, quando, por exigência regimental, é introduzido o cargo de Vice-Diretor eleito bienalmente pela Congregação. Cria-se, outrossim, o Conselho Departamental, extingue-se o CTA e os poderes da Congregação são ampliados. Tal estrutura perdura até o fracionamento da Faculdade.

A Congregação é a instância legal de poder na Instituição, mantida inalterada em sua composição nos três regimentos: todos os catedráticos, um representante dos docentes-livres eleito trienalmente e o Presidente do Diretório Acadêmico. O órgão colegiado máximo se responsabiliza pela direção pedagógica e didática da Faculdade, devendo integrar e representar áreas de conhecimento. Essa situação apresenta duas questões: por um lado a abrangência e a complexidade das áreas emprestam-lhe certa força dentro da Universidade; por outro, aquela abrangência e complexidade contribuem para sua fragilidade.

Internamente, o processo é intrincado. Sabemos que as decisões tomadas nos órgãos colegiados não se revestem apenas de um caráter acadêmico e técnico, há, também, o político. No caso da FNFi, predomina o poder dos departamentos sobre os órgãos colegiados. O exame das Atas da Congregação, por exemplo, evidencia a influência, o prestígio, as ligações e/ou as relações de poder dos catedráticos, representando determinados cursos, grupos e interesses.

Os embates políticos internos se tornam nítidos, sobretudo no que se refere à abertura e realização de concursos para preenchimento de cátedras, desde 1945. Exemplo muito claro a contribuir para referendar nossa assertiva temos no concurso para catedrático, do professor Leopoldo Nachbin que, por política interna do Departamento, só depois de vinte e dois anos da abertura do concurso, consegue realizá-lo.

Em relação às cátedras na FNFi, há duas questões que precisam ser ressaltadas: se por um lado há casos em que elas são responsáveis pela emergência de atitudes autoritárias, por outro elas, de um forma ou de outra, contribuem para atitudes instigantes e renovadoras.

Assim é que, embora dirigindo, com mãos menos ou mais pesadas, o destino de seus alunos, assistentes e auxiliares, alguns catedráticos "criaram gente" e, mais do que isso, elevam individualidades, formando "escolas", isto é, socializando seus conhecimentos e, em alguns casos, sua pedagogia. Nesse sentido, após entrevistarmos algumas dezenas de ex-professores e ex-alunos da FNFi, podemos afirmar que, apesar do caráter centralizador e autoritário da cátedra, ela apresenta, em vários casos, outra dimensão, a de "núcleo integrador de inteligências". Nesse sentido a entrevista da professora Cleonice Berardinelli, é muito elucidativa.

⁹ Carta de Capanema. Exposição de motivos n. 19, de 16 de abril de 1944. GC. 36.01.18, pasta VIII, doc. 9, série g. FGV/CPDOC.

¹⁰ Carta de Alceu Amoroso Lima a Capanema, em 3 de fevereiro de 1941. GC/Lima, A.A. doc. 46, série b. FGV/CPDOC.

¹¹ Carta de Alceu Amoroso Lima a Capanema, em 3 de fevereiro de 1941. GC/Lima, A.A. doc. 46, série b. FGV/CPDOC.

"Penso que ser catedrático porque catedrático é um termo mau, porque ser catedrático é alguma coisa negativa, não me parece verdade. O que é importante é saber quem é catedrático, quem é aquele catedrático. Como cada um interpreta o ser catedrático (...)

Portanto, acho e repito, não tenho nada contra a cátedra, desde que a cátedra seja considerada como um espaço de onde se pode organizar, onde se pode exercer uma ação de conagração, de aproximação; não permitir que, dentro da mesma cadeira, cada um vá para um lado, em uma direção. E quando digo isso, claro, não quero padronizar ninguém. As direções intelectuais de cada um têm de ser respeitadas. Acho é que cada um não pode fazer aquilo que lhe dá na cabeça." (Excerto de entrevista, extraído de FÁVERO et alii, no prelo).

A respeito da ambivalência da cátedra entre "ser um" e "ser vários", o professor Leite Lopes afirma que, nos anos 60,

"começamos a ser contra a cátedra porque, se pessoas como eu abriam a cátedra convidando gente, havia outros que eram verdadeiros "marajás", "senhores feudais". (excerto de entrevista extraído de FÁVERO et alii, no prelo)

Pelo que apreendemos, a cátedra na FNF_i assume um caráter bastante distinto daquele de outras unidades da antiga UB. Essa nossa asserção é referendada pela diversidade de objetivos e a complexidade dos conhecimentos que ali deságuam e se entrecruzam.

No entanto, uma coisa é certa: na Faculdade Nacional de Filosofia são formados, durante quase três décadas, grupos científicos de significação internacional, como o do professor Costa Ribeiro, catedrático de Física Geral e Experimental e/ou o do professor José Leite Lopes, em Física Teórica. É no velho prédio da Av. Presidente Antônio Carlos, lutando contra as maiores dificuldades, que Joaquim Ribeiro consegue realizar a importante descoberta do "efeito termodielétrico", mais conhecido na literatura internacional como "efeito Costa Ribeiro".

A influência desse físico, bem como a de outros pesquisadores, torna-se marcante na vida da Instituição e na formação e organização da pesquisa científica.

Em 1965, escrevendo sobre a "Pesquisa Científica" no Rio de Janeiro, Carlos Chagas afirma ter sido a formação de biólogos, naturalistas, geneticistas, físicos, químicos, cristalógrafos, um dos escopos da Faculdade Nacional de Filosofia, cuja ação também se faz sentir no campo da Matemática. (FÁVERO et alii, 1989).

A FNF_i preocupa-se, outrossim, através de seus cursos de bacharelado, com a formação de químicos, tarefa limitada, no Rio, até então e quase exclusivamente, à Escola Nacional de Química. E, mais ainda, à Nacional

de Filosofia cabe o mérito de ser o gérmen do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), criado em 1952, como também a matriz do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), instituído em 1949, graças à iniciativa de alguns de seus pesquisadores: César Lattes, Leite Lopes, Jaime Tiomno e Leopoldo Nachbin, entre outros.

E se, por um lado, à FNF_i cabe o mérito de ter sido um foco de gestação de ciências nas áreas da Biologia, da Química, da Física, da Matemática..., por outro, ela traz sua contribuição, embora de forma mais tímida, ao estudo das Letras; a História, a Sociologia, a Economia, a Etnologia e Antropologia buscam, aos poucos, incrementar e melhorar seu ensino.

Essa melhoria pode ser percebida através da preocupação em formar órgãos como os seguintes "Centro de Estudos": a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia; o Centro de Estudos de Química, o Centro de Estudos Mineralógicos e Botânicos etc. Tais centros, em geral, preocupam-se em estimular os alunos a se familiarizarem com publicações científicas nacionais e estrangeiras, dentro de determinada área de conhecimento.

4. Os "anos negros" da FNF_i e o processo de desmantelamento"

Se é possível coexistirem, durante o período de 1945 a 64, os antagonismos ideológicos nesse mesmo espaço físico e intelectual, isso já não ocorre após o golpe militar: as barreiras tornam-se intransponíveis, acentuadas pela evasão de cérebros incompatíveis com o retorno do autoritarismo.

A perda de "substância" dos cursos da Faculdade se faz sentir pela evasão de vários de seus membros, associada aos debates em torno da necessidade de seu desmembramento motivado por seu "gigantismo" e àqueles cujo objetivo é racionalizar a Universidade tendo como base de arrimo a teoria do capital humano, golpeando inclementemente a filosofia como possibilidade de pensar, discutir e trabalhar diferentes concepções de mundo e sociedade.

Depois de três anos de estudo focalizando a Nacional de Filosofia, de três anos em que fomos sujeito ao indagarmos, e objeto, ao ouvirmos e gravarmos a história dessa Faculdade, vemos com muita nitidez como a ditadura não é transparente, como se faz presente nas instituições universitárias de 1964 a 79 - ano da anistia - e como os donos do poder se sentem tão seguros e agem tão maquiavelicamente. Acreditamos que nunca a conspiração policial acadêmica mostrou-se tão nefasta e contribuiu tanto para, de maneira inocultável, desgastar a Universidade.

Para a FNF_i, como para as instituições universitárias, o período de maior agonia está entre fins de 1968, com a decretação do AI-5, e depois, em 1969, com o Decreto nº 477, de triste memória, momento de intensificação da "caça às bruxas".

A crise institucional, decorrente do tipo de poder estabelecido emanado dos mentores da ditadura gera a insegurança e o afastamento de docentes sob dupla

forma: saída do País ou aposentadoria compulsória.

De 1964 a 1968, a Faculdade Nacional de Filosofia como as demais instituições universitárias, principalmente as públicas, aflige-se com o afastamento de seus professores, alunos e funcionários, provocado por diversos atos ou dispositivos governamentais do regime militar. Tais medidas arbitrárias sofrem metamorfoses quanto às roupagens até o final do regime militar - as formas podem ser diferentes, o conteúdo, no entanto, permanece o mesmo.

Em 1979, o Boletim Especial das Associações de Docentes do Rio de Janeiro publica um lista, contendo 22 nomes de docentes da UFRJ atingidos por atos de exceção. Aí encontramos 14 nomes de professores da antiga Faculdade Nacional de Filosofia (Boletim ... 1979).

Na manifestação pela reintegração dos professores cassados, promovida pela ADUFRJ em 25 de junho de 1979, os pronunciamentos desses professores afastados pelo regime militar se fazem tanto no sentido de reafirmar antigas posições, quanto no sentido de questionar a esdrúxula situação. Vejamos o professor José Américo Pessanha: "Estamos aqui como estávamos antes. Com as mesmas idéias, mesmos propósitos e metas". E a professora Maria Yeda Linhares completa: "Voltamos numa avenida mais larga, ajudados por nossos colegas, muitos dos quais antigos alunos". Darcy Ribeiro argüi: "Quem somos nós os proscritos?" E responde serem todos pessoas competentes em vários campos do saber - afastados, não por incapacidade, mas por estarem descontentes com a Universidade, dispondo-se a modificá-la. (Boletim... 1979).

5. Encerrando

Em face do quadro, a experiência da Faculdade Nacional de Filosofia deve ser considerada importante pelo presente, não só como contribuição incontestada à cultura nacional, à produção do conhecimento mas, sobretudo, como uma das contribuições à reflexão sobre contornos da luta da Universidade atual por maior democratização de seu espaço e o da sociedade como um todo.

O modelo da estrutura de poder da FNF, hoje considerado inadequado, serve como parâmetro à nossa análise, se forem pensados os avanços e recuos da democracia numa instituição universitária. E, se nela houve, por um lado, paternalismo, servilismo e uma rede muito bem articulada de influências, ao estilo do compadrio conservador, por outro, ampliaram-se os espaços para o desenvolvimento de talentos e vocações, ainda que em uma sociedade não-democratizada.

A mini-universidade que foi a Faculdade Nacional de Filosofia, gestada nos anos 30 e desmantelada depois do golpe de 64, durante cerca de três décadas submeteu-se ao mando autoritário, mas construiu, concomitantemente, a resistência como em uma "guerra de posição" aos desvarios cometidos pelos ocupantes de cargos que simplesmente a eles se fixaram, ou neles foram entronizados pela volúpia do poder ou pela crença de que as sociedades humanas devam manter suas profundas desigualdades culturais, sociais, políticas e econômicas.

(GRAMSCI, 1984) A Faculdade Nacional de Filosofia se encerrou, mas seu caráter inovador e a riqueza de sua experiência precisam ser recuperados, não para reproduzi-lo, mas para tornar possível um efetivo avanço das instituições universitárias no País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATHAYDE, Tristão de. *Debates pedagógicos*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.
- BOLETIM Especial das Associações de Docentes do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, nº 2, 1979.
- CAMPOS, Francisco. Exposição de motivos. Reforma do ensino superior. *Diário Oficial*. Brasília, 15 abr. 1931, p. 58305839.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade e poder, análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. 205 p. (Série. Universidade, 8)
- _____. et alii. Os cursos da FNF. Começando a desenvolver um novo. Rio de Janeiro: UFR/FE/INEP, 1989. (Série. Faculdade Nacional de Filosofia, 4).
- _____. A FNF, continuando a resgatar uma história: alguns depoimentos. Rio de Janeiro: UFR/FE. (No prelo).
- GOMES, Ângela Maria de Castro et alii. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 166 p. (Série. Política e Sociedade).
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- LIMA, Danilo. *Educação, igreja e ideologia; uma análise sociológica da Lei de Diretrizes e Bases*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. 139 p.
- TEIXEIRA, Anísio. Discurso proferido na instalação dos cursos da Universidade do Distrito Federal, em 1935. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 37, nº 85, p. 181188, jan./mar. 1962.